

# O DRIL (1959-61). EXPERIÊNCIA ÚNICA NA OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO

D. L. Raby

Universidade de Toronto

De maneira geral, o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) só é conhecido em Portugal pela sua acção mais espectacular, o assalto ao paquete *Santa Maria* em Janeiro-Fevereiro de 1961. O capitão Henrique Galvão, dissidente militar do regime de Salazar, dirigiu a operação pela parte portuguesa, em aliança com um grupo de Espanhóis chefiado por Jorge Sotomayor e José Velo Mosquera<sup>1</sup>. Embarcaram na Venezuela, alguns deles clandestinamente, outros como passageiros legítimos mas com armas escondidas nas bagagens, e depois tomaram conta do navio com o objectivo declarado de seguir rumo a África, para participar num movimento revolucionário contra o Estado Novo. Por motivos vários não chegaram a África, e, perseguidos pela Armada norte-americana, procuraram asilo no Brasil. Apesar do fracasso do objectivo original, a operação teve um impacto internacional sem precedentes e foi um golpe tremendo no prestígio do regime português.

Galvão participou na Operação Dulcinea, nome de código do assalto ao navio, como representante do Movimento Nacional Independente (MNI) do general Humberto Delgado, exilado no Brasil desde Abril de 1959<sup>2</sup>. Com a aprovação de Delgado, Galvão assinara em Janeiro de 1960 um acordo com os espanhóis em Caracas – acordo que terá sido, na sua versão, o acto fundador do DRIL. A impressão mais generalizada, aliás, é que o DRIL, sem dúvida uma interessante tentativa de criar uma frente única luso-espanhola de oposição, terá sido uma organização fantasma, pouco estruturada e efémera.

A realidade é, porém, mais complexa e mais interessante.

Agora é possível afirmar que o DRIL foi a expressão orgânica de um movimento revolucionário luso-espanhol com ramificações internacionais de certa importância. Se foi efémero – depois de finais de 1961 já não existia na prática –, na sua breve existência chegou a ter um impacto importante e a

preocupar seriamente os governos de Portugal, de Espanha e de vários outros países. Especificamente, há provas claras de que o DRIL tinha apoio cubano e talvez algum apoio não oficial do México, da Venezuela ou da Jugoslávia. Na primeira fase da Revolução Cubana, o entusiasmo revolucionário pan-latino-americano levou os Cubanos a apoiar uma expedição contra o regime de Trujillo na República Dominicana e a patrocinar movimentos contra outras ditaduras latino-americanas, e também a solidarizar-se com os Espanhóis antifranquistas. Na Venezuela, embora o governo de Rómulo Betencourt procurasse manter boas relações com todos os países ocidentais, depois da revolução que em 1958 derrubou a ditadura de Pérez Jiménez, o ambiente era favorável a outros movimentos revolucionários. No México, único país latino-americano que nunca reconheceu o governo de Franco, também havia uma grande simpatia nos meios oficiais pelos republicanos espanhóis; simpatia que não chegava ao apoio declarado a movimentos revolucionários, mas também não excluía a tolerância, ou talvez um discreto apoio clandestino.

Já nos primeiros meses do triunfo da Revolução Cubana, houve contactos dos sectores mais exaltados ao exílio espanhol com os dirigentes cubanos. Convém não esquecer que os guerrilheiros de Fidel Castro receberam treino militar no México do coronel republicano espanhol Alberto Bayo, que depois ficou em Cuba como conselheiro militar. Bayo, aliás, tinha nascido na ilha, filho de pai espanhol e mãe cubana; fizera uma carreira militar em Espanha, onde se identificara com a República, antes de procurar asilo no México<sup>3</sup>. Em Maio de 1959 reivindicou abertamente acções revolucionárias em Espanha (não está claro se o DRIL já existia): «O *Evening Star* [de Washington], de hoje [20 de Maio de 1959] publicou uma notícia expedida de Havana reproduzindo as declarações feitas em Cuba pelo general Alberto Bayo, consultor técnico do exército naquele país, referindo-se a actividades clandestinas terroristas em Espanha, que diz dirigir.

«O general Bayo, que treinou as tropas fiéis a Fidel Castro durante a luta de guerrilhas que precedeu a queda de Baptista, disse decorrer há mais de um mês em Espanha uma revolução que visa destruir o Governo actual.

«Os revoltosos, que já teriam dinamitado um comboio à entrada de um túnel em Puerto Pajares em 14 de Abril passado, e sabotado um avião que caiu perto de Madrid com 28 passageiros, estariam especialmente bem organizados na Catalunha, Andaluzia, Astúrias e em Barcelona...»<sup>4</sup>.

Apesar do evidente exagero das declarações de Bayo, não há dúvidas de que já começava uma nova tentativa de luta clandestina dos exilados espanhóis, pelo menos com a tolerância dos revolucionários cubanos.

A Venezuela também funcionava (embora menos que Cuba) como centro de agitação revolucionária nessa altura; depois da revolução de 1958, nesse país os Espanhóis republicanos formaram uma Unión de Combatientes Españoles (UCE), e em 1959, com a vitória da Revolução Cubana, contactaram os seus companheiros na ilha antilhana. Em Havana existia o Frente Unico Democrático Español (FUDE), encabeçado por Bayo, que logo se juntou à UCE venezuelana; Bayo ficou como presidente da nova organização internacional, ainda conhecida por UCE<sup>5</sup>. Os Portugueses também começavam a mexer-se: já em Janeiro de 1959 o ministro português em Caracas comentava com desgosto a excitação produzida aí pelos acontecimentos de Cuba, entre «os estrangeiros mais excitáveis dos partidos esquerdistas que também se instalaram na Venezuela», e que, «como são poucos, procuram enfileirar na grossa coluna dos republicanos espanhóis...»<sup>6</sup>. Seis meses depois, o diplomata português tinha acrescidos motivos de desgosto: «Está aqui de moda a formação de Juntas de descontentes exilados, sobretudo depois da dramática vitória do Sr. Fidel Castro. A mesma sede de vingança secou esses descontentes. Há-os em Caracas reunidos em várias Juntas: a Dominicana, a Haitiana, a Paraguaiana, a Nicaragüense, a Espanhola (em grande, já se vê), e até a Portuguesa...»<sup>7</sup>.

De facto, em Fevereiro de 1959 formou-se a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, presidida pelo engenheiro Júlio da Costa Mota e por Sérgio Alves Moreira<sup>8</sup>. A Junta Patriótica era um organismo típico da oposição tradicional, agrupando comunistas, socialistas e republicanos, e desenvolvia propaganda e denúncia da repressão salazarista, lançando campanhas de defesa dos presos políticos e publicando um jornal; não se envolvia em actividades clandestinas. Mesmo assim, a Junta Patriótica conseguiu o apoio de vários políticos venezuelanos, que formaram um Comité Venezolano Pro-Democracia y Libertad en Portugal y Colonias; e conseguiu também uma promessa das autoridades venezuelanas (não se sabe se chegou a ser aplicada) de expulsar do país os agentes da PIDE que funcionavam na comunidade portuguesa<sup>9</sup>.

Ainda mais preocupantes do ponto de vista das autoridades portuguesas, foram as actividades de Humberto Delgado, exilado no Brasil no mesmo período. Logo após a sua chegada ao Rio de Janeiro em 21 de Abril de 1959, o general entrou em contacto com outro militar exilado, já estabelecido no Brasil alguns anos antes, o capitão Fernando Queiroga, protagonista da revolta da Mealhada de 1946<sup>a</sup>. Delgado nomeou Queiroga representante itinerário do seu Movimento Nacional Independente, «acabando», na linguagem inimitável da PIDE, «por mandá-lo para a Venezuela e Cuba, certamente com a intenção

<sup>8</sup> Cfr. neste número o artigo de Luís Farinha sobre Fernando Queiroga, pp. 87-105. [N/E].

deste actualizar os seus conhecimentos em matéria de revoluções». Sempre na versão desta informação policial, Delgado muniu o seu lugar-tenente com uma credencial para altas personalidades cubanas, e Queiroga terá contactado, entre outros, com o coronel Alberto Bayo; este teria depois treinado Cubanos que seriam incorporados nas forças ao DRIL<sup>10</sup>. É muito possível que aqui a PIDE esteja a exagerar quanto à participação directa de Cubanos, mas o facto de que Queiroga esteve em Cuba em representação de Delgado é-nos confirmado por outras fontes<sup>11</sup>. Esta iniciativa indica não só a vontade de acção de Delgado como a sua apreciação das possibilidades revolucionárias de uma ligação com os movimentos latino-americanos da época. Já em 30 de Abril de 1959 Queiroga estava em Havana, onde a sua presença preocupava seriamente o embaixador português na capital cubana: «*Urgente – Confidencialíssimo*. – Encontra-se aqui ex-capitão do exército português Fernando Queiroga. Segundo informações obtidas por agente secreto ao serviço da Embaixada Espanha constante relatório que o Embaixador me facultou, Queiroga veio aqui por incumbência General Humberto Delgado a fim de obter ajuda Raúl Castro (o qual forneceu a Queiroga passagem Rio Janeiro – Havana) e Ernesto Guevara sentido convencerem Fidel Castro contribuir com quantia elevada ‘movimento revolucionário português’. Vem também incumbido missão conferenciar exilados espanhóis sobre organização expedição Península Ibérica destinada a derrubar Governos espanhol e português... Queiroga sairá de Havana dentro de alguns dias para o México onde se avistará com Coronel espanhol Vicente Guarnier comunista às ordens de José Inácio Mantecón (indivíduo que dirige desde há muito sob as ordens de Moscovo movimentos contra Governo espanhol)...»<sup>12</sup>.

Precisamente nessa altura Fidel Castro estava de visita no Brasil<sup>13</sup>, mas não se sabe se foi contactado aí por exilados portugueses. De qualquer maneira, podemos afirmar que Humberto Delgado e outros exilados portugueses procuraram, e provavelmente receberam, ajuda cubana, e tiveram também provavelmente uma certa influência nas origens do DRIL. Informações indicam também que Queiroga terá conseguido fundos em Cuba e no México, embora posteriormente fosse desautorizado por Delgado sob suspeita de malversação de fundos<sup>14</sup>.

É necessário assinalar aqui que Queiroga parece não ter sido digno de confiança; fontes oficiais portuguesas indicam que muitos anos antes ele teria traído os seus ex-companheiros revolucionários à polícia, e que tinha fama de mentiroso e de «chulo»<sup>15</sup>. Que estas acusações não eram necessariamente calúnias da polícia, pode concluir-se pela atitude posterior de Delgado, mas também de outros opositoristas: o capitão Sarmiento Pimentel fala muito mal de Queiroga nas suas *Conversas* com Norberto Lopes, e a Dra. Alcina Bastos afirmou que quando voltou a ver Queiroga em Lisboa, em finais dos anos 60,

ficou com a impressão de que ele se teria vendido à PIDE<sup>16</sup>. Na época do DRIL, não parece que Queiroga fosse agente da polícia; mas parece fora de dúvida que era incoerente e destituído das qualidades necessárias para a luta clandestina.

Apesar da participação de elementos duvidosos como Queiroga, os preparativos revolucionários continuavam. Outro militar dissidente do Estado Novo, o capitão Henrique Galvão, saiu de Portugal em Maio de 1959 para Buenos Aires. Impedido de entrar no Brasil por pressões do Governo português junto das autoridades daquele país, e encontrando pouco apoio na Argentina, onde a comunidade portuguesa era muito pequena, mudou-se para a Venezuela, a segunda maior colónia portuguesa da América Latina. Tal como Delgado, Galvão anunciava alto e bom tom as suas intenções subversivas. Fora convidado à Venezuela por dois membros da Junta Patriótica, mas mal chegara a Caracas entrou em conflito com a Junta, por causa do seu anticomunismo visceral e também pela sua vontade de mando e de acção clandestina. Galvão queixava-se de que lhe tinham prometido uma posição de professor na Universidade de Caracas e o apoio financeiro do Governo venezuelano, promessas que não se chegaram a cumprir; também ficou desiludido com a Junta Patriótica, que «só mandava telegramas de saudações ou de protesto e comemorava datas de importância política»<sup>17</sup>. Neste aspecto, Galvão tinha a mesma atitude do general Delgado, também desiludido pela falta de iniciativa (do seu ponto de vista) da oposição portuguesa no Brasil. Nessa altura Galvão colaborava estreitamente com Delgado, e em Outubro-Novembro de 1959 Delgado fez duas visitas a Venezuela; contactou Galvão e outros exilados portugueses, e também políticos venezuelanos, e foi recebido pelo presidente Rómulo Betencourt<sup>18</sup>.

Mas o que é mais interessante neste contexto é que, na primeira visita à Venezuela (aonde chegou a 17 de Outubro), Delgado participou num comício no Palácio dos Desportos de Caracas, em estreita colaboração com os Espanhóis. No comício, organizado a 31 de Outubro por Libertad para España e pela Junta Patriótica Portuguesa, os dois principais oradores foram Humberto Delgado e J. Alvarez del Vayo, ex-ministro de Relações Estrangeiras da República Espanhola. (J. Sotomayor afirma que o orador espanhol foi Alberto Bayo, mas parece ter-se equivocado)<sup>19</sup>. Todavia, a concretização do projecto de acção conjunta ainda enfrentava algumas complicações. Surgiu uma cisão na UCE, na qual o grupo de Alberto Bayo foi derrotado por outras tendências no exílio espanhol. Agora a direcção ficou nas mãos de José Velo Mosquera, galego e marxista heterodoxo, na Venezuela, e de um certo Abderramán Muley Moré (aliás Manuel Rojas), um espanhol de origem árabe, em Cuba. Os novos dirigentes contactaram outros núcleos do exílio espanhol na França e na Bélgica, e prosseguiram as negociações com os Portugueses representados por Henrique Galvão, em Caracas. Nas

palavras de Sotomayor (depois protagonista da captura do *Santa Maria*): «Nace el DRIL por una conjunción de voluntades de vários españoles residentes en Venezuela, Cuba, Bélgica y Francia. José Velo Mosquera es uno de los dirigentes más callificados, y tiene la responsabilidad para toda la América Latina»<sup>20</sup>.

Em Janeiro de 1960 Henrique Galvão, representando Delgado e o seu MNI, assinou em Caracas um acordo com Sotomayor e Velo Mosquera, acabando assim um processo de gestação do DRIL que havia começado quase um ano antes. (É ainda possível que o DRIL já existisse clandestinamente e que o acordo representasse realmente a integração do grupo de Galvão na organização.)

Se algo define os núcleos de Espanhóis que vieram a juntar-se no DRIL, e que também define o grupo português de Galvão e Delgado, é precisamente disposição de lutar e pouco rigor ideológico – aliás, comuns aos revolucionários cubanos na primeira fase e a muitos revolucionários latino-americanos da época. Descontentes com o imobilismo da oposição estabelecida ou dos diferentes governos republicanos no exílio, estes elementos dos dois países ibéricos decidiram iniciar uma nova fase de acção armada e directa.

Henrique Galvão, já zangado com a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, começou a formar o seu próprio grupo de simpatizantes, recrutando elementos independentes na colónia portuguesa, principalmente jovens atraídos pela sua forte personalidade e vontade de acção. Um destes jovens foi Camilo Mortágua, jornalista e técnico de radiodifusão, que declara ter-se identificado com Galvão, «não tanto pelas suas ideias... mas pelo homem, pelo seu carácter», e que de pronto se converteu em seu colaborador de confiança<sup>21</sup>. Um dos projectos do grupo de Galvão, que chegou a concretizar-se com a ajuda de Mortágua, embora por pouco tempo, foi a criação de uma emissora de rádio ao serviço dos exilados portugueses: a *Voz de Portugal Livre* (não confundir com a *Rádio Portugal Livre do PCP*, ou com a *Voz da Liberdade da FPLN*) tinha a sua base num barco no mar das Caraíbas, ao largo da Venezuela. Era para começar a fins de Abril de 1960:

DO MAR

A VOZ DE PORTUGAL LIVRE

À escuta Portugueses oprimidos!

À escuta nos vossos aparelhos de rádio, a partir de fins de Abril, da VOZ DE PORTUGAL LIVRE

Contra: SALAZAR E A SUA OLIGARQUIA!

A FOME E A MISÉRIA DO POVO!

A CENSURA E A PIDE!

O ESCLAVAGISMO EM ÁFRICA!

Pela Democracia, pela Liberdade e pela Pátria – contra todos os Déspotas!...<sup>22</sup>.

De facto, por motivos financeiros, a emissora só começou a funcionar um pouco mais tarde, e parece que por pouco tempo; mas foi a primeira tentativa de estabelecer uma rádio no exílio. Um pouco depois, em princípios de 1961, outros exilados portugueses na Venezuela fizeram programas de rádio, depois retransmitidos, com a ajuda de espanhóis, por uma emissora no Norte de África (Marrocos, provavelmente)<sup>23</sup>. A conexão marroquina já existia; em 1960 alguns Espanhóis simpatizantes do DRIL contactaram elementos do regime do sultão Mohamed V. Não conseguiram apoio oficial, mas contavam com uma certa tolerância por parte das autoridades do país; o verdadeiro problema, porém, era que Marrocos estava infestado de agentes da polícia espanhola e portuguesa<sup>24</sup>.

Como já afirmámos, há indícios de que em 1959, uma organização semelhante ao DRIL já existia entre os Espanhóis, com núcleos em Cuba e na Venezuela, e que terá realizado alguns atentados em Espanha em Abril ou Maio desse ano<sup>25</sup>. Mas as primeiras acções publicamente reivindicadas pelo DRIL ocorreram já no ano seguinte. Em meados de Fevereiro de 1960 deflagraram bombas na sede da polícia política espanhola (DGS), no Ayuntamiento madrileno, na companhia de aviação Iberia e no edifício do Congreso franquista. Os atentados foram imediatamente reclamados pelo DRIL, num comunicado clandestino difundido em Madrid pela Jefatura de Comandos de Castilla do Directório<sup>26</sup>. Mas o aspecto mais interessante do episódio, do nosso ponto de vista, é que outro documento do DRIL, *A los Pueblos de Iberia y a la Opinión Mundial*, utilizava uma linguagem de clara inspiração cubana: o manifesto é assinado «En Territorio Libre de Iberia, a 15 de febrero de 1960 – ‘Libertad y Justicia o Muerte’ – Directorio Revolucionário Ibérico de Liberación (Dirección Clandestina)»<sup>27</sup>. Aliás, o jornal cubano *Diario Libre*, que dava esta informação e que informava também que a polícia espanhola fizera muitas detenções na sequência dos atentados, indicava que entre os detidos figuravam uns oito ou dez antifranquistas procedentes de Cuba; o título do artigo fala mesmo de «Cubanos detenidos en España», embora é possível que se trate de um mal-entendido e que não eram Cubanos mas espanhóis procedentes de Cuba. Marcello Mathias, então ministro português dos Negócios Estrangeiros e que no dia dos atentados estava de visita oficial a Madrid, refere, em correspondência posterior, o possível envolvimento cubano no assunto. Mathias sugere a participação directa de um exilado espanhol, o dentista Amado Blanco, que em princípios de 1960 foi nomeado embaixador cubano em Lisboa: «Este episódio coincidiu com minha visita oficial a Espanha na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, visita essa em que o Front [*sic*] de Libertação da Península Ibérica procurou fazer explodir várias bombas nos locais previstos no programa de recepção. O último atentado gorou-se por a bomba ter explodido

nas mãos do próprio bombista, que morreu nessa explosão. A polícia espanhola conseguiu descobrir rapidamente o local onde ainda estavam depositadas algumas dezenas dessas bombas, tendo sido garrotados, se não me engano, dois dos responsáveis pelos atentados; mas o principal organizador, que era de nacionalidade cubana, conseguiu fugir para França. Tenho ideia de ter havido fundadas suspeitas de que as bombas tinham sido passadas para Espanha pelo referido Embaixador Amado Blanco, para isso utilizando as suas imunidades diplomáticas e a matrícula diplomática do seu automóvel e que teria sido com receio de vir a ser preso que ele nunca mais voltou ao nosso país...»<sup>28</sup>.

Evidentemente, a polícia – espanhola e portuguesa –, que estaria na origem da versão do ministro, tinha todo o interesse em deitar a culpa aos Cubanos. Ex-militantes portugueses do DRIL, como Camilo Mortágua e Victor Cunha Rego, afirmam categoricamente que nunca viram nenhum cubano nas operações do DRIL em que participaram, o que não exclui a possibilidade de certo apoio financeiro e mesmo logístico cubano, nomeadamente à secção espanhola do DRIL. Também é possível que, se o embaixador Amado Blanco era de facto um espanhol republicano (provavelmente naturalizado cubano), actuasse por conta própria, sem autorização dos Cubanos. Nos primeiros anos da Revolução Cubana, não havia grandes cuidados com formalidades diplomáticas.

Depois dos atentados de Madrid o DRIL começou a revelar-se publicamente, e pela primeira vez, na Venezuela. Em 9 de Abril de 1960 houve um comício público em Caracas, onde falaram Henrique Galvão e um misterioso representante do DRIL para a América Latina, «quien oculta su verdadero nombre bajo el de ‘señor Jurado A.’» (é provável que se trate de Velo Mosquera). Ao mesmo tempo, os organizadores difundiram um comunicado onde declarava que «la libertad de Iberia ha nacido ya el 17 de febrero de 1960 [logo depois dos atentados de Madrid] y no abandonaremos la lucha hasta la victoria»; assinava o comunicado, pelos Comandos do DRIL, «Juan [sic] de Sotomayor, Comandante General»<sup>29</sup>. Em relação às preparações conspirativas do DRIL em 1960, há também algumas indicações de que Galvão terá estado em Cuba, alguns meses depois, numa visita breve, entre Junho e Outubro<sup>30</sup>.

Aqui, convém examinar um pouco a ideologia do DRIL. Os documentos divulgados pela organização são interessantes, precisamente pelo contraste com o estilo da propaganda tradicional da oposição portuguesa ou espanhola. Os comunicados do DRIL usam uma linguagem emotiva, exaltada e directa, e são vigorosos apelos à luta armada. Também criticam abertamente a oposição tradicional: «El DRIL no es un nuevo partido, sino que supone la conjunción de hombres e ideas al margen de las antiguas agrupaciones políticas que no fueron capaces de acometer, como hubiera sido su deber, una acción eficaz...

«El DRIL nace sin compromisos programáticos ni vínculos que le obliguen con organizaciones políticas o sindicales, sin que ello quiera decir que los hombres que lo integren no hayan de ser bienvenidos a nuestro seno, siempre que antepongan el supremo interés de nuestros pueblos a cualquier interés sectario...»<sup>31</sup>. Aqui temos a ideia, tipicamente populista, de independência em relação aos partidos, que também caracterizava, por exemplo, o discurso do general Humberto Delgado. A retórica emotiva do DRIL está patente no comunicado emitido em Caracas, em Abril de 1960: «Ideas claras, acción coherente, justicia inexorable es el DRIL que nace, crece y triunfa. Ternura blindada en el corazón de los comandos es el DRIL, que há de perdurar en el alma de los pueblos ibéricos estafados por sus malos hijos, secularmente, y traficados con escándalo y escarnio por los mercaderes del mundo...»<sup>32</sup>.

Mas o discurso do DRIL não se limitava a esta retórica exaltada e vaga. Tinha, ou pelo menos chegou a desenvolver, posições programáticas mais concretas, como se pode ver num comunicado de Março de 1961. Este documento enviado a várias embaixadas estrangeiras em Madrid tece severas críticas aos vários governos espanhóis no exílio e condena os políticos opositores pelo seu «labor escisionista»; preconiza, em seguida, o federalismo ibérico através de um processo de insurreição «contra las tiranías de Franco y Oliveira Salazar», mas insiste também na transformação radical de todas as estruturas políticas, económicas e sociais da Península, como forma de suprimir as causas fundamentais do «franco-salazarismo». Quer dizer, embora não utiliza a palavra, que reivindica o socialismo revolucionário. Reclama também os direitos das nacionalidades oprimidas – Galiza, Catalunha e Euzkadi – e «el Pacto con Portugal libre, representado en esta hora por el General Humberto Delgado, Presidente electo de Portugal»<sup>33</sup>.

Como era de esperar, as posições do DRIL suscitavam críticas, e mesmo o repúdio, de muitos sectores da oposição tradicional. Para o Partido Comunista, mas também para muitos socialistas ou independentes, era a luta no interior do país que tinha prioridade, e o papel da oposição exilada limitava-se a trabalhos de propaganda e de apoio. Estes sectores também apostavam na organização clandestina das massas a longo prazo e desconfiavam das acções espectaculares do DRIL, que qualificavam de «aventureirismo» ou «terrorismo».

Assim, em Julho de 1960, em resposta a declarações de Henrique Galvão como representante do DRIL, a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela veio a público com um comunicado intitulado *La Lucha Democrática de los Pueblos es Incompatible con el Terrorismo*. Neste documento a JPP desautorizava Galvão, condenava os atentados bombistas de Madrid como «provocaciones de la propia policía franquista», e declarava os métodos de luta defendidos por Galvão

incompatíveis com aqueles utilizados pelas organizações patrióticas no interior de Portugal<sup>34</sup>. Ora, tais acusações eram muito graves, porque nessa altura tinha havido um atentado contra a vida do presidente Rómulo Bettencourt, e as autoridades venezuelanas estavam em estado de alerta contra qualquer actividade «terrorista»<sup>35</sup>. Efectivamente, pouco depois o Ministério de Relações Interiores da Venezuela advertiu Galvão de que não toleraria que exilados políticos desenvolvessem planos terroristas a partir do território venezuelano<sup>36</sup>. As actividades do DRIL na Venezuela passam a adoptar maiores cuidados clandestinos, especialmente em relação ao plano (em preparação) do assalto ao *Santa Maria*. Mas era também em resposta a acusações deste tipo, de serem provocadores e de menosprezar a luta política no interior, que o comunicado do DRIL emitido em Madrid em Março de 1961 proclamava que «el DRIL no es terrorista ni franquista ni exilista: es sencillamente la libertad y la justicia, o la muerte»<sup>37</sup>.

As contradições no seio do DRIL eram evidentes. Inspirados pela Revolução Cubana, repudiando a passividade da oposição tradicional e sonhando com uma transformação radical da Península Ibérica, a maioria dos militantes do DRIL eram de tendência marxista (embora não comunista) e profundamente anti-imperialistas. Todavia, estavam ligados a Henrique Galvão, um anticomunista convicto e colonialista renitente. Apesar do idealismo do federalismo ibérico, havia ainda uma tensão inevitável entre Portugueses e Espanhóis. Estas contradições estariam na origem do fracasso (relativo, pelo menos) do plano do *Santa Maria*. Nunca ficou devidamente esclarecido o objectivo final do assalto ao navio. No seu livro *Santa Maria: My Crusade for Portugal*, Galvão afirma que o objectivo era de atravessar o Atlântico para chegar à ilha espanhola de Fernando Pó, onde seria possível apoderar-se de um navio de guerra e de armamento antes de seguir para Angola, onde poderiam ligar-se a um movimento insurreccional local e proclamar um governo revolucionário de Portugal<sup>38</sup>. Por acaso, o assalto ao paquete coincidiu quase exactamente com o início do levantamento dos nacionalistas da UPA e do MPLA, mas parece evidente que não era esse o levantamento que interessava a Galvão, sempre contrário à ideia da independência. O projecto de Galvão seria necessariamente de uma revolta anti-salazarista dos brancos da colónia; e há, de facto, algumas informações acerca de uma conspiração abortada desse tipo<sup>39</sup>, ligada a um projecto anterior de alguns exilados de São Paulo, de tendência conservadora, para mandar um barco desde o Brasil a Angola<sup>40</sup>. O mais provável é que os outros militantes do DRIL envolvidos no planeamento do assalto não estivessem a par destes pormenores e entendessem só que o objectivo era África.

Há, no entanto, outras complicações. Galvão afirma que o plano de ir a África gorou-se unicamente por causa da inesperada resistência de alguns mem-

bros da tripulação do navio e da decisão humanitária dos assaltantes de fazer escala na ilha antilhana de Santa Luzia, para facilitar a assistência médica a um tripulante ferido<sup>41</sup>. Um dos ex-comandos, Camilo Mortágua, argumenta, porém, que o plano original tinha sido comprometido pelo atraso de algumas horas no assalto inicial, o qual resultou precisamente de discordâncias entre Galvão e os Espanhóis encabeçados por Sotomayor<sup>42</sup>. Mortágua sugere ainda que Galvão nunca tinha tido a intenção de chegar a África, e que ele já desconfiava das intenções dele desde um contacto de Galvão com Jânio Quadros, candidato à Presidência do Brasil, em Caracas. Efectivamente, Jânio visitou Cuba em Abril de 1960, e depois passou por Caracas onde teve um encontro com Galvão no Hotel Tamanaco; e parece que lhe deu garantias de que, no caso de ser eleito presidente, lhe daria visto de entrada no Brasil<sup>43</sup>. É possível, portanto – e Mortágua, que assistiu ao encontro, receava isto –, que a verdadeira intenção de Galvão fosse o que realmente aconteceu: o sequestro espectacular do navio e posterior asilo no Brasil. Na realidade, no decurso da operação, depois de alguns dias de perseguição do *Santa Maria* no Atlântico Sul pela armada dos Estados Unidos, os assaltantes esperaram dois dias ao largo do Recife antes de entrarem em águas territoriais brasileiras; estavam à espera da tomada de posse de Jânio Quadros, porque sabiam que Kubitschek não lhes oferecia quaisquer garantias.

Neste aspecto também Humberto Delgado, comandante supremo (pelo menos, teoricamente) da parte portuguesa da operação, tinha as suas dúvidas em relação aos planos de Galvão. Nas suas *Memórias* o general indica que a 18 de Janeiro – dois ou três dias antes de iniciar a operação – Galvão comunicou-lhe que, caso Franco enviasse de facto um navio de guerra para Fernando Pó, a operação de invasão de Angola seria impossível, e então o melhor seria «fazer uma série de incursões em São Tomé e Angola» e depois pedir asilo no Brasil. O comentário de Delgado é lacónico: «Toda esta conversa de pequenas incursões para levantar o moral e uma viagem de regresso através do Atlântico pareceu-me um tanto nebulosa, mas era tarde de mais para lhe escrever sobre o assunto»<sup>44</sup>.

A versão de Sotomayor é ainda mais crítica em relação a Galvão. Segundo o dirigente espanhol, o plano original visava a captura de um barco espanhol, mas acabou-se por decidir o assalto ao *Santa Maria* por pressão dos Portugueses. (Sotomayor chega a sugerir que o motivo era pura cobardia da parte de Galvão, pelo facto de existir a pena de morte em Espanha; mas o mais provável é que havia pressão da parte portuguesa no sentido de atacar um objectivo português para acabar com a exclusividade de protagonismo dos espanhóis no DRIL.) A estrutura de comando da Operação Dulcinea tinha uma contradição fundamental: Galvão ficou como chefe político da operação pelo facto de o navio ser português, mas o comandante militar era Sotomayor, e qualquer assunto impor-

tante requeria a decisão unânime destes dois e de Velo Mosquera<sup>45</sup>. Sotomayor confirma que o plano era de atravessar o Atlântico até Fernando Pó, apoderar-se de um barco de guerra espanhol e depois cair «por surpresa» (!) sobre Luanda, o que não foi possível devido ao atraso inicial e a hesitações várias, que atribui a Galvão. Também afirma – e isto é mais interessante – que durante a viagem os comandos do DRIL mandaram radiogramas aos presidentes Sekou Touré da Guiné e Nkrumah do Gana, solicitando autorização para entrar em portos africanos<sup>46</sup>. Mas aqui Sotomayor reconhece que perderam tempo, esperando respostas (que nunca chegaram) dos dirigentes africanos<sup>47</sup> – ou seja, os sucessivos atrasos não se deveram unicamente a Galvão.

Quando o *Santa Maria*, rebaptizado *Santa Liberdade*, chegou ao Recife (ou mesmo antes, ainda ao largo) vieram à luz todas as divergências. Houve momentos de grande tensão entre Galvão e os espanhóis, e depois entre todos os «operacionais» e Delgado, que chegou a bordo querendo assumir-se como comandante-em-chefe<sup>48</sup>. Parece que Galvão e alguns operacionais ainda sonhavam com a ideia de seguir para África, negociando com as autoridades brasileiras o desembarque dos passageiros e o reabastecimento do navio; mas é evidente que nem os brasileiros nem os norte-americanos aceitariam tal hipótese. Houve também grande entusiasmo nos meios da oposição portuguesa no Brasil; muitos foram logo de São Paulo e Rio de Janeiro ao Recife para apoiar ou mesmo incorporar-se ao DRIL. Os jornalistas Miguel Urbano Rodrigues e Victor Cunha Rego (este já era membro do DRIL) foram os primeiros a chegar, e Rodrigues foi incorporado nos comandos do DRIL no barco e participou nas negociações com os norte-americanos. Até alguns socialistas ou comunistas, normalmente cépticos em relação a «aventureirismos», deixaram-se levar pelo entusiasmo do momento e queriam juntar-se aos «bravos companheiros do *Santa Maria*» para «participar na libertação da nossa querida pátria»<sup>49</sup>. Na Venezuela o secretário-geral da Frente Patriótica Portuguesa, Rui de Carvalho – socialista marxista e crítico de Galvão – reconheceu, em Março de 1961, que «após o caso Santa Maria, viveram-se aqui na Venezuela, e estamos todavia vivendo, dias de intenso trabalho e de luta»<sup>50</sup>.

Uma vez que os revolucionários tinham desembarcado e seguiram para Rio de Janeiro e São Paulo, começaram a circular os mais variados boatos acerca da preparação de outras acções. Galvão, Delgado e os comandos do DRIL declararam que esperavam continuar a trabalhar juntos com a mesma finalidade estratégica. No dia 10 de Fevereiro, Delgado fez uma conferência de imprensa em São Paulo para anunciar o Acordo Luso-Espanhol da Oposição, assinado por ele como presidente do MNI e por Emilio Herrera, vice-marechal do ar e presidente do Conselho de Ministros do Governo da República Espanhola<sup>51</sup>. Este Acordo não

tinha ligação formal com o DRIL, mas representava de facto, no plano político legal, a mesma vontade de colaboração luso-espanhola.

Ainda em Fevereiro de 1961, Galvão também chegou a São Paulo, como aliás quase todos os 24 homens do *Santa Maria*. Conseguiram alguns apoios financeiros de simpatizantes portugueses e brasileiros, e Galvão alugou uma quinta perto de Campinas, para fazer treino militar<sup>52</sup>. Em Março, os simpatizantes do DRIL estabeleceram uma Comissão Nacional de Hospitalidade aos Asilados para angariação de fundos, e começaram a circular boatos acerca de uma nova missão com destino africano, com o possível estabelecimento nesse continente de um Governo Português no Exílio chefiado por Delgado<sup>53</sup>. Também outros exilados portugueses, impressionados pelo impacto internacional da captura do navio, começaram a aproximar-se do DRIL, e parece que nesta altura Fernando Queiroga voltou a colaborar com a organização. As informações da PIDE sugerem que os dirigentes do DRIL no Brasil estavam em negociações para a compra clandestina de armamento, no valor de um milhão e meio de dólares, a um traficante norte-americano de nome Earl Belie (Bailey?), e também para a compra de um barco «habitualmente usado em contrabando»<sup>54</sup>. A mesma fonte indica que o financiamento da compra «será garantido pelos bancos mexicanos Banco de la Propiedad e Banco Espagnol del Méjico [sic]», o que pode não ser exacto, mas poderia ter algum fundamento como resultado das ligações mexicanas dos exilados espanhóis ou da mencionada visita de Queiroga ao México. Mas os elementos mais ligados a Galvão esperavam desenvolver contactos comerciais com países africanos, que poderiam também servir como fornecedores de armamento<sup>55</sup>.

Por outra parte, Sotomayor afirma que ele, com a ajuda de Álvaro Lins e de um oficial da marinha brasileira, iniciou negociações com «certa potência europeia» para a aquisição de duas lanchas torpedeiras; e que terá recebido resposta afirmativa, com a condição de um compromisso escrito da saída de Portugal da OTAN «quando la oposición dirigida por Galvão subiera al poder», condição que Galvão se terá negado a aceitar, com o pretexto de que a decisão de sair da OTAN dependia de um plebiscito, o que terá provocado uma reacção de grande desgosto da parte dos espanhóis e de Álvaro Lins<sup>56</sup>.

As informações da polícia indicam que entre Março e Junho de 1961 o DRIL continuava a desenvolver planos ambiciosos, mas é muito difícil distinguir entre factos e simples boatos. Assim, há informações de um incidente de alegada infiltração terrorista em Portugal, que terá acontecido em Lisboa a 2 de Abril. Nessa data, o brasileiro Sérgio Baptista terá sido detido à sua chegada ao porto de Lisboa, numa inspecção alfandegária de rotina: as embalagens de «doce de goiabada» que transportava eram, na realidade, cargas de um explosivo «de

elevado poder destruidor». Dezasseis detonadores<sup>57</sup> foram encontrados na sua bagagem. Interrogado, terá confessado colaborar com Humberto Delgado, Henrique Galvão, Luís Carvalho, Horácio Ribeiro e outros, e que a sua missão era de realizar atentados em vias férreas, pontes e nas Embaixadas em Lisboa do Brasil e dos Estados Unidos, com a finalidade de perturbar as relações de Portugal com esses países. Tudo isto pode ser pura invenção da polícia, o que tornaria difícil de explicar a existência de outro documento relativo ao mesmo caso, em que a PIDE protestava ao Ministério de Negócios Estrangeiros por este ter dado publicidade prematura ao caso, prejudicando as investigações em curso<sup>58</sup>.

Em Maio, as informações da polícia sugeriam que, com o falhanço do golpe Botelho Moniz, o DRIL teria decidido levar a cabo o assassinato de Salazar, utilizando elementos da secção espanhola da organização – talvez por serem menos conhecidos da polícia portuguesa. Também informavam que Miguel Urbano Rodrigues e Victor Cunha Rego tinham ido à África procurar o apoio de alguns governos africanos (parece que do Congo-Léopoldville, da Guiné ex-francesa e do Gana); informação esta só parcialmente correcta. Urbano Rodrigues visitou de facto esses países, apresentando-se publicamente como jornalista do *Estado de São Paulo*, mas acreditado pelo DRIL (especificamente por Velo Mosquera e Sotomayor) para contactar os governos africanos e os representantes do PAIGC. Conseguiu promessas de apoio do presidente da Guiné, Sékou Touré, e a autorização do projecto de estabelecimento de elementos operacionais do DRIL nesse país<sup>59</sup>. Cunha Rego não foi à África Negra; obedecendo a instruções de Henrique Galvão, foi a Marrocos e depois a França e à Bélgica, em missão clandestina. O DRIL tinha uma célula em Paris, onde Cunha Rego se estabelece por algum tempo a partir de Maio de 1961, e na Bélgica, onde se deslocou duas vezes<sup>60</sup>. Mas as informações acerca das actividades do DRIL nesta altura são bastante contraditórias.

As informações da PIDE falam de uma reunião de cúpulas do DRIL em Paris, projectada para 21 de Maio de 1961 (mas que não se chegou a realizar por problemas de deslocação de alguns dos participantes), em que deviam participar vultos históricos da República Espanhola, como Julio Alvarez del Vayo, Indalecio Prieto (que deveria presidir) e Valentín González, *el Campesino*<sup>61</sup>. Para alguns ex-militantes do DRIL esta informação é completamente inverosímil; Sotomayor indica que quando ele primeiro entrou em contacto com o DRIL em Caracas, em fins de 1959 ou princípios de 1960, «me informé de las relaciones que sostenían con varias personalidades, entre quienes destacaban Julio Alvarez del Vayo, Julio Just y dos ministros del Gobierno republicano en el exilio...»<sup>62</sup>. É provável, portanto, que tenha havido algum contacto com os políticos da República Espanhola, mas é difícil saber até que ponto chegaram esses contactos.

Outra informação da PIDE fala de um congresso do DRIL a realizar um pouco mais tarde em Belgrado, mas não temos qualquer confirmação de outras fontes. A polícia apresentava ainda indícios de uma possível «conexão jugoslava»: refere que o espanhol José del Barrio, residente em Paris e figura central nos novos planos militares do DRIL, era «grande amigo do Marechal Tito»<sup>63</sup>.

Os planos revolucionários referidos nestas informações policiais são de facto extraordinários, mas não são necessariamente incompatíveis com a estratégia e a prática anterior do DRIL. Refere-se que José del Barrio possuía cartas topográficas do Estado-Maior do Exército Português, «tendo ultimamente estado a estudar as correspondentes à costa meridional de Portugal, da zona compreendida entre o cabo de São Vicente e o Monte do Melão, próximo da Serra de Espinhaço de Cão, que os dirigentes do DRIL consideram como a sua 'Sierra Maestra'». Referia-se ainda que o movimento revolucionário iniciar-se-ia por atentados a Salazar e Franco, «na convicção que ao desaparecimento dos dois estadistas se seguirá a queda dos respectivos regimes». Mas parece que não se contava principalmente com o êxito dos atentados, porque os planos militares abrangiam uma vasta operação de guerrilhas nos dois países, com início no Algarve, mas a estender-se rapidamente a outras zonas.

Planos de atentados e de guerra de guerrilhas eram, de facto, típicos da estratégia do DRIL, mas o mais provável é que a polícia estivesse a relacionar informações de vários agentes, tendendo a fazer fé em todos os boatos que ouviam em conversas de pessoas mais ou menos ligadas aos militantes do DRIL; ou, nalguns casos, a empolar ou até a inventar informações. A mesma informação da PIDE insiste novamente na ideia da participação de Valentín González, que deveria instalar-se em Marrocos como chefe militar supremo da insurreição, secundado por Henrique Galvão e Alberto Bayo. Afirmava-se também que os insurrectos teriam o apoio dos governos de Marrocos, Brasil, Cuba e Jugoslávia... entre outros!<sup>64</sup>.

Não fica claro se o exagero evidente destes projectos se deve principalmente à polícia ou ao próprio DRIL. É perfeitamente possível, pelo que sabemos do carácter intrépido e bombástico de Galvão, Bayo e alguns outros dirigentes do DRIL, que tenham nalgum momento discutido todas estas hipóteses, sem aprofundar os elementos necessários à sua realização. Os apoios internacionais mencionados também estão muito exagerados: parece provável que Cuba fornecia alguma ajuda logística e financeira, mas o Brasil e Marrocos não davam apoio concreto, só permitiam que agrupamentos como o DRIL se organizassem a partir do seu território; e do possível apoio jugoslavo não temos provas. É evidente que o conjunto destes apoios não chegava para realizar operações militares tão ambiciosas.

Muito embora o DRIL continuasse a existir e a elaborar planos pelo menos até finais de 1961, a partir de Maio ou Junho desse ano a organização começou a desintegrar-se. Desde o assalto ao *Santa Maria* que havia fortes divergências entre Henrique Galvão e a maioria dos militantes. Apesar das suas inegáveis qualidades de liderança e de coragem, Galvão não escondia as suas opiniões colonialistas e anticomunistas; e logo após a sua chegada a São Paulo, em Fevereiro de 1961, num comício ao qual fora convidado pela União dos Estudantes do Estado, provocou um escândalo com as suas declarações contrárias à independência de Angola<sup>65</sup>. Depois quis emendar a mão, e até chegou a assinar uma declaração da oposição a favor da autodeterminação dos povos das colónias<sup>66</sup>; mas, na realidade, o que Galvão entendia por autodeterminação não passava de uma mistificação. Em Maio a maioria dos militantes do DRIL em São Paulo denunciaram publicamente Galvão como «colonialista» e «traidor»; aliás, já havia conflitos sérios relacionados com dinheiro, e dizia-se que Sotomayor teria ameaçado Galvão de morte. Dos 24 assaltantes do *Santa Maria*, 18 mudaram-se de Campinas para a quinta Nossa Chácara, perto de Itaím, São Miguel Paulista, propriedade de um simpatizante português de nome Joaquim Ribeiro Bastos, onde prosseguiram o treino militar<sup>67</sup>. Por outro lado, parece que depois da operação do *Santa Maria*, a ligação de Humberto Delgado ao DRIL era pouco mais que nominal; apesar da evolução ideológica de Delgado, claramente mais progressista que Galvão, o general tinha projectos que não estavam ligados ao DRIL. A organização não acabou com a saída de Galvão e Delgado (saída, aliás, que talvez não fosse definitiva), e até se reforçou temporariamente na Europa; mas os planos demasiado ambiciosos e a fraca ligação com a oposição ou os movimentos populares no interior de Portugal e Espanha acabaram por facilitar a infiltração policial, ditando o declínio da organização.

Para a polícia, o envolvimento cubano no DRIL era um tema constante. A 31 de Março de 1961 a PIDE informava que «3 indivíduos, de nacionalidade cubana e portadores de passaportes diplomáticos, tencionam deslocar-se de Bona a Bruxelas, transportando pequenas armas e bombas, para, juntamente com os elementos terroristas portugueses e espanhóis residentes na Bélgica, porem em prática um plano de atentados contra as Embaixadas de Portugal e Espanha naquela cidade»; e a informação dava até os nomes e endereços em Havana dos três indivíduos! Na realidade, anos mais tarde, Palma Inácio e a LUAR levariam à prática atentados contra consulados portugueses na Bélgica e na Holanda; é possível que o DRIL tenha projectado tais atentados, mas não chegou a realizá-los. Aliás, não seria necessário que ninguém, cubanos ou outros, transportasse armas da Alemanha para a Bélgica: era *precisamente aí* que o DRIL tinha uma das suas principais fontes de armas<sup>68</sup>.

Ainda a 27 de Maio, a PIDE informava que se encontrava em São Paulo «o agitador comunista cubano José Prado Lobalos», que teria tido contactos com elementos da oposição portuguesa<sup>69</sup>. Convinha à polícia portuguesa bater na tecla da subversão cubana, e temos visto que há indícios claros de certo envolvimento cubano nas origens do DRIL; mas parece pouco provável um apoio directo cubano em 1961. Na euforia revolucionária dos primeiros anos do triunfo dos guerrilheiros da Sierra Maestra, Cuba convertera-se no centro de uma grande fraternidade de revolucionários latino-americanos, e a simpatia com os resistentes dos países ibéricos era igualmente natural, mas à medida que aumentava o cerco norte-americano, Cuba precisava de contar com boas relações com os países europeus.

Sobre o envolvimento cubano existe ainda outra versão, em princípio pouco idónea, pois é veiculada pelo *Diário de Notícias* de Lisboa fortemente influenciado pela propaganda de Salazar. Mas não deixa de ser interessante, na medida em que oferece razões para explicar não só o apoio inicial de Cuba ao DRIL, mas também o distanciamento posterior. Sugere claramente que já na altura do assalto ao *Santa Maria* os dirigentes cubanos, e nomeadamente Fidel Castro em pessoa, teriam certas divergências com a orientação do DRIL. O artigo «A Verdade sobre o caso do *Santa Maria*. Relato do enviado especial Vítor Franco», de 5 de Julho de 1961, não confirma as informações da PIDE, que sugerem um envolvimento directo dos cubanos em várias acções do DRIL em 1961<sup>70</sup>: a tese do jornalista é que o DRIL terá nascido de um projecto de Alberto Bayo e alguns exilados espanhóis em Cuba, e da visita de Fernando Queiroga a Havana em Abril-Maio de 1959. Com a aprovação de Delgado e também de Fidel, terão decidido formar um organismo unitário luso-espanhol de luta revolucionária. Mas já nessa altura, ou pouco depois, quando Bayo propôs um desembarque armado na Península Ibérica, os Cubanos terão manifestado o seu desacordo, assinalando «problemas mais urgentes – e também mais fáceis – a resolver». Bayo e Queiroga terão também proposto apoderar-se de um barco inglês no porto de Havana, mas Fidel não queria complicações com os Ingleses. Sempre de acordo com esta versão, Bayo foi a Toulouse para procurar o apoio dos republicanos espanhóis na Europa, estabelecendo assim a presença do DRIL do outro lado do Atlântico, mas regressou a Cuba decepcionado pelo pouco apoio que encontrara. Entretanto, Queiroga e alguns espanhóis foram a Tânger montar uma emissora de rádio (o que parece estar confirmado pelas informações que temos sobre emissões desde Marrocos). Pouco depois, o DRIL realizou os atentados de Madrid, mas com a perda de muitos elementos, que foram presos em Espanha. A chegada de Henrique Galvão a Caracas, onde o grupo de Bayo já tinha contactos, trouxe reforços à organização, estando também na origem do

plano do assalto ao *Santa Maria*. Mas, em tudo isto, o papel dos cubanos terá sido de solidariedade, provavelmente de alguma ajuda financeira e de treino militar, mas não de participação operacional; e até também de oposição, ou crítica, a planos menos realistas do DRIL.

Apesar do carácter oficialista do jornal em que apareceu, o artigo de Vítor Franco é muito mais credível do que as informações da PIDE, frequentemente fantasistas, ou pelo menos exageradas. É certo que o jornalista conclui o artigo afirmando que Fidel «é, praticamente, o autêntico chefe do DRIL [*sic*]», mas esta afirmação contradiz os dados contidos no próprio texto. A impressão que fica é do DRIL como organização independente, formada por exilados espanhóis e portugueses (Bayo, Sotomayor, Velo Mosquera; Queiroga, Delgado, Galvão), com apoio cubano pelo menos na fase inicial, mas que de maneira alguma era controlada pelos cubanos. A PIDE e o regime de Salazar consideravam que a oposição seria incapaz de montar uma organização clandestina minimamente operacional, e portanto o DRIL tinha de ser montado e controlado por estrangeiros – cubanos, especificamente. Mas o artigo não consegue comprovar uma subordinação fundamental do DRIL à direcção cubana.

Há, no entanto, ainda outro aspecto deste «problema cubano». Já temos visto que alguns militantes do DRIL ou de organizações afins, como a União de Combatentes Espanhóis, tinham dupla nacionalidade, cubana e espanhola; tal era o caso do general Alberto Bayo e do dentista Amado Blanco, nomeado embaixador cubano em Lisboa em 1960 e acusado por Marcello Mathias de responsabilidades nos atentados de Madrid. É perfeitamente possível, portanto, que Amado Blanco ou outros indivíduos de dupla cidadania tenham actuado sem autorização do governo cubano. Também é verdade que, nessa altura, o governo revolucionário de Havana apoiava muitos movimentos insurgentes, mas parece claro que a iniciativa operacional era dos Espanhóis e Portugueses e não dos Cubanos. Este aspecto é ainda mais importante, quando chegamos a alguns casos de oportunismo político ou de infiltração policial.

O caso mais extremo parece ser o do espanhol de origem árabe Abderramán Muley Moré, aliás Manuel Rojas. Sotomayor indica que Rojas conseguiu destruir a UCE em Cuba e depois tornar-se o elemento principal do DRIL na ilha, chegando a coordenador-geral da nova organização a nível internacional, viajando com frequência a Paris e uma ou duas vezes a Caracas<sup>71</sup>. Mais tarde terá sido responsável pelo malogro de algumas operações clandestinas do DRIL na Bélgica e em Espanha. Sotomayor afirma que em 1961, no Brasil, pôde comprovar que Rojas era um agente secreto da polícia política espanhola<sup>72</sup>.

Não temos mais informações sobre Muley Moré / Rojas, mas outro indivíduo a ele ligado é muito mais conhecido: Eloy Gutiérrez Menoyo, famoso na história

da revolução cubana como militante do Directório Revolucionário (organização armada independente, que participou na luta contra Baptista), mas que em 1961 desertou para Miami, onde ainda hoje participa em meios da Extrema-Direita do exílio cubano<sup>73</sup>. O que não é tão conhecido é que Gutiérrez Menoyo era filho de um casal espanhol emigrado em Cuba, e que em 1959 formou o Ejército de Liberación Español (ELE), organização que depois se integrou no DRIL<sup>74</sup>. Em 1960 participou numa reunião em Liège, para confirmação da integração da sua organização no DRIL, mas teve um comportamento extremamente irresponsável. Chegando a Madrid com passaporte diplomático cubano, telefonou desde a Embaixada Cubana para o seu contacto em Liège, confirmando todos os dados da reunião – oferecendo assim tudo à polícia política espanhola. Os participantes na reunião foram detidos pela polícia belga, mas posteriormente libertados por pressão da opinião pública nesse país, e o DRIL sofreu um sério revés. Sotomayor é lacónico: «Nunca mais oí hablar de Menoyo hasta que, navegando en el *Santa Maria*, supe, por una noticia captada por nuestra radio, que habia desertado de la revolución y llegaba a Miami»<sup>75</sup>.

É interessante verificar que Victor Cunha Rego afirma ter sido também numa reunião na Bélgica (em meados de 1961, um ano depois) que se convenceu estar o DRIL infiltrado pela polícia espanhola<sup>76</sup>.

Merece algum comentário a qualidade das informações da polícia portuguesa. Embora exagerasse nalguns pontos e estivesse mal informada noutros (e possivelmente inventasse pormenores), a PIDE tinha de facto muita informação acerca das actividades do DRIL e acerca de algumas actividades dos Cubanos. Convém lembrar que a informação pormenorizada sobre a visita a Cuba de Fernando Queiroga é aparentemente fornecida por um agente espanhol, mas também parece ter havido duas ou três infiltrações de agentes da PIDE, mediante falsos casos de asilo político na Embaixada cubana em Lisboa. O primeiro caso, ainda não totalmente esclarecido, é o do advogado portuense Dr. Rodrigo de Abreu. Este colaborador íntimo de Delgado durante a campanha eleitoral influenciou fortemente a decisão do general de procurar asilo na Embaixada do Brasil (Janeiro de 1959), e a 2 de Maio desse ano ele próprio procurou asilo na Embaixada de Cuba, partindo para Havana<sup>77</sup> a 6 de Maio. Alguns opositoristas respeitadas afirmam suspeitar que Rodrigo de Abreu fosse agente da PIDE<sup>78</sup>, enquanto o jornalista soviético Oleg Ignatiev afirma (sem o provar) que Abreu fora recrutado pela CIA<sup>79</sup>. Abreu ficou pouco tempo em Cuba antes de seguir para o Brasil, onde se ligou imediatamente aos meios opositoristas portugueses; é muito possível que tenha comunicado às agências ocidentais informações sobre a actividade de Portugueses, Espanhóis e Cubanos.

Melhor documentados são os casos de dois agentes da PIDE que se apresentaram como asilados no ano seguinte. Gusmão Calheiros e Jorge Machado apresentaram-se sucessivamente no primeiro semestre de 1960, na Embaixada de Cuba em Lisboa, e perante a recusa terminante do Governo português em autorizar a sua saída, fugiram para a Embaixada brasileira, sendo-lhes logo concedido o visto para esse país. Estes casos serviram como precedente para o asilo (autêntico) de Manuel Serra alguns meses depois, também via embaixadas de Cuba e do Brasil. Mas o que é mais grave é que Calheiros e Machado não só se converteram em preciosas fontes de informação sobre a oposição portuguesa no Brasil, como ganharam a confiança dos cubanos, passando a frequentar a Embaixada cubana no Rio de Janeiro<sup>80</sup>. Parece também que Gusmão Calheiros obteve a confiança de Humberto Delgado, com quem manteve correspondência mesmo depois de o general ter saído do Brasil, e pode ter sido mais um elo da cadeia policial que conduziu o general à morte em Badajoz.

Podemos agora chegar a algumas conclusões acerca da complicada questão do envolvimento cubano no DRIL. É evidente que tal envolvimento não foi pura invenção da PIDE ou da polícia espanhola, mas também é evidente que o DRIL não foi um simples instrumento telecomandado por Fidel Castro ou Che Guevara. Tanto Espanhóis como Portugueses procuraram apoio cubano, e receberam-no (embora as dimensões do apoio oficial cubano não sejam claras). Muitos Cubanos que participaram no DRIL eram também Espanhóis – tinham dupla nacionalidade – e, portanto, a sua participação não implica envolvimento cubano *stricto sensu*. A própria história do DRIL é de certa maneira reflexo da história tumultuosa dos primeiros anos da Revolução Cubana: até Abril de 1961 (invasão de Playa Girón), pelo menos, Cuba não podia classificar-se claramente como comunista. Havia muitos elementos contraditórios em presença: Gutiérrez Menoyo aparece com passaporte diplomático cubano, mas acaba por trair tanto o DRIL como a Revolução Cubana.

A epopeia do DRIL foi única na história da oposição portuguesa e também da espanhola. Teve um impacto importante na cena internacional em termos de uma maior consciência da problemática dos países ibéricos. Teve também uma certa influência na evolução posterior da oposição portuguesa no exílio. Reforçou os receios dos principais sectores de oposição, que condenavam o «terrorismo» e «aventureirismo», mas colocou de forma insofismável a questão da luta armada. Nesse sentido, foi um precedente para acções posteriores, como a revolta de Beja e o assalto ao avião da TAP (duas operações feitas em parte por ex-militantes do DRIL), os malogrados planos de Humberto Delgado e da FPLN, a LUAR, as Brigadas Revolucionárias e a ARA.

É evidente que o DRIL estava condenado ao fracasso pela falta de apoio organizado no interior, e também porque as ditaduras ibéricas tinham estruturas políticas e militares muito mais fortes do que o regime de Batista em Cuba. Se o modelo cubano era difícil de imitar em países da América Latina, na Península Ibérica era impossível. No contexto do pacifismo da oposição e da frustração colectiva, compreende-se a vontade de construir uma organização de luta armada clandestina, mas o fracasso do DRIL deu razão aos receios da oposição estabelecida em relação a qualquer movimento sem presença organizada no interior, e também no que respeita ao perigo de infiltração policial. Seja como for, depois das acções do DRIL ninguém pôde ignorar o impacto da luta armada sobre a consciência popular e o prestígio do regime.

- <sup>1</sup> Henrique Galvão, *Santa Maria: My Crusade for Portugal*, Weidenfeld & Nicolson, Londres, 1961, e J. Sotomayor, *Yo Robé el Santa María*, Akal Editor, Madrid, 1978.
- <sup>2</sup> Humberto Delgado, *Tufão sobre Portugal*, Editora Germinal, Rio de Janeiro, 1962, p. 10.
- <sup>3</sup> Hugh Thomas, *Cuba: or, The Pursuit of Freedom*, Eyre & Spottiswoode, Londres, 1971, pp. 876-77.
- <sup>4</sup> Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Lisboa, 2.º piso, A1, M485: carta do Embaixador português em Washington, 20 de Maio de 1959. Victor Cunha Rego (entrevista do autor, Lisboa, 15 de Dezembro de 1993) afirma que o espanhol Velo Mosquera lhe dissera que o DRIL já existia e que foi responsável por esses atentados.
- <sup>5</sup> J. Sotomayor, *Yo Robé el Santa María* cit., pp. 73-74.
- <sup>6</sup> MNE, 2.º piso, A58, M213: carta do Ministro Carlos Branquinho ao Dr. Marcello Mathias, 20 de Janeiro de 1959.
- <sup>7</sup> *Ibid.*, 13 de Junho de 1959.
- <sup>8</sup> MNE, 2.º piso, A57, M100-A: artigo de *El Universal* de Caracas, 13 de Fevereiro de 1959, e carta de Carlos Branquinho a Marcello Mathias, 30 de Maio de 1959.
- <sup>9</sup> Arquivo de Manuel Sertório, carta de Rui de Carvalho (Valencia, Venezuela) a Sertório (São Paulo), 1 de Março de 1961; e MNE, 2.º piso, A58, M213: artigo de *Ultimas Noticias*, Caracas, 23 de Março de 1959, «Esbirros de la Segurana Portuguesa Actúan en Caracas».
- <sup>10</sup> Arquivo de Oliveira Salazar (AOS), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, CO/PC-51A, pasta 14: informação secreta da PIDE, 15 de Fevereiro de 1961.
- <sup>11</sup> Arquivo de Manuel Sertório, carta de Sertório (Rio de Janeiro, 13 de Maio de 1960) a um correspondente não identificado (provavelmente, pelo contexto, Mário Soares) em Lisboa. Sertório tinha uma má impressão de Queiroga. V. também Norberto Lopes, *Sarmento Pimentel ou uma Geração Traída*, Aster, Lisboa, 1977, p. 178.
- <sup>12</sup> AOS/CO/PC-77B, pasta 18: telegrama cifrado, 30 de Abril de 1959, do Embaixador português em Havana (J. Affra) ao MNE.
- <sup>13</sup> *Ibid.*
- <sup>14</sup> Arquivo de Manuel Sertório, carta de Sertório (Rio, 13 de Maio de 1960) a um correspondente não identificado. O capitão Sarmento Pimentel, in Norberto Lopes, *Sarmento Pimentel ou uma Geração Traída* cit., p. 177, refere que «Em certa altura, muito antes do caso de Beja, tivemos a promessa de um grande país da América Central para nos ajudar a derrubar a ditadura salazarista», e que mandaram Queiroga como emissário, embora, depois, desautorizaram-no.

- <sup>15</sup> AOS/CO/PC-60, pasta 35: «Apontamento» de Franco Nogueira e «Informação» anónima.
- <sup>16</sup> Norberto Lopes, *Sarmento Pimentel ou uma Geração Traída* cit., pp. 175-78; e informações da Dra. Alcina Bastos, Lisboa, 1992.
- <sup>17</sup> Henrique Galvão, *My Crusade for Portugal* cit., pp. 83-84.
- <sup>18</sup> *Memórias de Humberto Delgado*, coordenação de Iva Delgado e António de Figueiredo, Dom Quixote, Lisboa, 1991, pp. 169-70; e MNE, PEA, M2, artigo do *Última Hora* de Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1959.
- <sup>19</sup> *Humberto Delgado: Antes... e Depois...*, Lisboa, 1961, pp. 28-29 (consultado por cortesia da Sra. Iva Delgado); e Sotomayor, pp. 78-82.
- <sup>20</sup> Sotomayor, *ibid.*, pp. 78-82.
- <sup>21</sup> Entrevista da autora com Camilo Mortágua, Alvito (Alentejo), 31 de Julho de 1989.
- <sup>22</sup> AOS/CO/PC-60, pasta 31: informações secretas da PIDE, 6 de Abril e 20 de Agosto de 1960, e folha de propaganda da emissora. A rádio também chegou a ser ouvida em Luanda: informação da PIDE, 12 de Julho de 1960, AOS/CO/PC-77, subdivisão 48.
- <sup>23</sup> Arquivo de Manuel Sertório, carta de Rui de Carvalho (Valencia, Venezuela) a Sertório (São Paulo), 1 de Março de 1961.
- <sup>24</sup> Sotomayor, *Ya Robé el Santa María* cit., pp. 82-84.
- <sup>25</sup> Entrevistas do autor com Victor Cunha Rego, Lisboa, 29 de Maio de 1990 e 15 de Dezembro de 1993; ex-militante do DRIL, Cunha Rego afirma que já em 1959 a organização tinha núcleos na Bélgica, no Brasil e em Espanha.
- <sup>26</sup> MNE, PEA, M2, «Parte informativo» do DRIL, citado em artigo do *Diario Libre* de Havana, 26 de Fevereiro de 1960.
- <sup>27</sup> *Ibid.*
- <sup>28</sup> MNE, PEA, M164, aerograma cifrado de Marcello Mathias (na altura Embaixador em Paris) ao Director-Geral do MNE, 18 de Maio de 1963.
- <sup>29</sup> *El Nacional*, Caracas, 9 de Abril de 1960, e *La Razón*, Caracas, 8 de Abril de 1960; em MNE, 2.º piso, A58, M193.
- <sup>30</sup> AOS/CO/PC-77, subdivisão 45: informação da PIDE, 25 de Maio de 1960; e AOS/CO/PC-77, subdivisão 50: informação da PIDE, 31 de Outubro de 1960. Mais uma vez é necessário lembrar que a identificação de Cuba com o comunismo não estava completa antes de meados de 1961.
- <sup>31</sup> MNE, PEA, M6, comunicado do DRIL emitido em Madrid, 15 de Fevereiro de 1960, reproduzido no *Diario Libre* de Havana, 26 de Fevereiro de 1960.
- <sup>32</sup> MNE, 2.º piso, A58, M193, comunicado do DRIL reproduzido em *El Nacional* de Caracas.
- <sup>33</sup> AOS/CO/PC-63A, pasta 6: documento do DRIL reproduzido *ibid.*, 25 de Março de 1961.
- <sup>34</sup> MNE, PEA, M6, comunicado da Junta Patriótica Portuguesa, 3 de Julho 1960, publicado em *El Nacional* de Caracas, 7 de Julho de 1960.
- <sup>35</sup> Carta de Henrique Galvão (Caracas, 8 de Julho de 1960) a Victor Cunha Rego (São Paulo); consultada por cortesia do Dr. Victor Cunha Rego.
- <sup>36</sup> MNE, PEA, M6, artigo de *El Nacional* de Caracas, 16 de Julho de 1960.
- <sup>37</sup> AOS/CO/PC-63, pasta 6: comunicado do DRIL reproduzido em *El Nacional* de Caracas, 25 de Março de 1961.
- <sup>38</sup> Henrique Galvão, *My Crusade for Portugal* cit., pp. 94-95.
- <sup>39</sup> Entrevista do autor com António de Figueiredo, Lisboa, 1 de Julho de 1989.
- <sup>40</sup> Entrevistas da autora com Fernando Lemos (São Paulo, 14 de Fevereiro de 1990) e com o Eng. João dos Santos Balcizão (São Paulo, 12 de Fevereiro de 1990).
- <sup>41</sup> Galvão, *Santa Maria* cit., p. 118.
- <sup>42</sup> Entrevista com Camilo Mortágua cit.

- <sup>43</sup> MNE, PEA, M6, artigo da revista *Mundo Ilustrado* de Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1960; e entrevista do autor com Camilo Mortágua.
- <sup>44</sup> *Memórias de Humberto Delgado* cit., p. 178.
- <sup>45</sup> Sotomayor, *Yo Robé el Santa María* cit., pp. 33 e 101-3.
- <sup>46</sup> *Ibid.*, pp. 100-1, 165.
- <sup>47</sup> *Ibid.*, pp. 208-9.
- <sup>48</sup> Galvão, *Santa Maria* cit., pp. 156-61; Sotomayor, *Yo Robé el Santa María* cit., pp. 279-86; e entrevistas do autor com Camilo Mortágua cit., Miguel Urbano Rodrigues, Lisboa, 9 de Julho de 1990, e Victor Cunha Rego, Lisboa, 29 de Maio de 1990.
- <sup>49</sup> Arquivo de Manuel Sertório, carta de Manuel Arias (Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1961) a Manuel Sertório (São Paulo).
- <sup>50</sup> Arquivo de Manuel Sertório, carta de Rui de Carvalho (Valencia, Venezuela) a Manuel Sertório (São Paulo).
- <sup>51</sup> *Portugal Democrático*, ano V, n.º 46, Março de 1961, p. 6.
- <sup>52</sup> Norberto Lopes, *Sarmento Pimentel ou uma Geração Traída* cit., pp. 169-70.
- <sup>53</sup> AOS/CO/PC-63A, pasta 6: informação secreta da PIDE, 25 de Março de 1961.
- <sup>54</sup> *Ibid.*
- <sup>55</sup> Entrevista do autor com Victor Cunha Rego, Lisboa, 15 de Dezembro de 1993.
- <sup>56</sup> Sotomayor, *Yo Robé el Santa María* cit., pp. 332-37.
- <sup>57</sup> AOS/CO/PC-81, pasta 1: informação da PIDE, 9 de Abril de 1961.
- <sup>58</sup> AOS/CO/PC-63A, pasta 6: memorando da PIDE ao MNE, 15 de Abril de 1961.
- <sup>59</sup> *Ibid.*: entrevista da autora com Miguel Urbano Rodrigues, Lisboa, 9 de Julho de 1990; Sotomayor, *Yo Robé el Santa María* cit., p. 334.
- <sup>60</sup> Entrevistas do autor com Victor Cunha Rego cit.
- <sup>61</sup> Informação secreta da PIDE, 24 de Maio de 1961, AOS/CO/PC-77, subdivisão 67; e outra informação da PIDE, de 4 de Julho de 1961, AOS/CO/PC-77B, pasta 22.
- <sup>62</sup> Sotomayor, *Yo Robé el Santa María* cit., pp. 82-84.
- <sup>63</sup> AOS/CO/PC-77, subdivisão 69: informação secreta da PIDE, 6 de Junho de 1961.
- <sup>64</sup> *Ibid.*
- <sup>65</sup> Entrevista do autor com Miguel Urbano Rodrigues cit.
- <sup>66</sup> Telegrama à ONU, 17 de Abril de 1961, in *Portugal Democrático*, ano V, n.º 48, Maio de 1961, p. 4.
- <sup>67</sup> AOS/CO/PC-77B, pasta 22: informação secreta da PIDE, 2 de Maio de 1961; e AOS/CO/PC-63A, pasta 6: informações da PIDE, 29 e 31 de Maio de 1961. Outras informações, de elementos da oposição portuguesa no Brasil, confirmam esta versão.
- <sup>68</sup> Entrevista do autor com Victor Cunha Rego, Lisboa, 15 de Dezembro de 1993.
- <sup>69</sup> AOS/CO/PC-63A, pasta 6: informações secretas da PIDE, 31 de Março e 27 de Maio de 1961.
- <sup>70</sup> *Diário de Notícias*, 5 de Julho de 1961, «A Verdade sobre o caso do *Santa Maria*. Relato do enviado especial Vítor Franco».
- <sup>71</sup> Sotomayor, *Yo Robé el Santa María* cit., pp. 78-82.
- <sup>72</sup> *Ibid.*, pp. 96-100, 110-12, 329-30.
- <sup>73</sup> Hugh Thomas, *Cuba*, pp. 978-79 e 1005.
- <sup>74</sup> Sotomayor, *Yo Robé el Santa María* cit., pp. 78-82, 96-100.
- <sup>75</sup> *Ibid.*, p. 100.
- <sup>76</sup> Entrevista com Victor Cunha Rego cit.
- <sup>77</sup> MNE, 2.º piso, A57, M100A, artigo do *Jornal da Bahia*, 8 de Maio de 1959.
- <sup>78</sup> Entrevistas do autor com Manuel Sertório, Lisboa, 22 de Março de 1977, e com Fernando Pitteira Santos, Lisboa, 20 de Janeiro de 1977.

- <sup>79</sup> Oleg Ignatiev, *Conspiração contra Delgado: História duma Operação da CIA e da PIDE*, Edições Progresso, Moscovo, 1987, pp. 23-37.
- <sup>80</sup> AOS/CO/PC-77, subdivisão 49: carta a Salazar, 30 de Agosto de 1960, do Tenente-Coronel Pessoa d'Amorim, da PIDE, adjuntando duas cartas de Jorge Machado, «a melhor fonte de informação que temos no Rio»; também no arquivo de Manuel Sertório, carta a Sertório, 1 de Janeiro de 1965, de Francisco Vidal em Terasópolis (RJ), e carta anónima a Sertório (denunciando Gusmão Calheiros), 8 de Março de 1963.